



A cobertura vacinal contra Infecções Sexualmente Transmissíveis em um grupo de universitários da área da saúde

Rebeca Ferreira Souza¹, Álvaro Macedo de Carvalho², Marihá Thais Trombetta³, Victor Hugo Rocha Rodrigues de Moraes⁴, Berenice Moreira⁵, Cristhiane Campos Marques⁶

¹Acadêmica de medicina da Universidade de Rio Verde, campus Rio Verde, participante do Projeto de Iniciação Científica, PIVIC

²Acadêmico de medicina da Universidade de Rio Verde, campus Rio Verde

³Acadêmica de medicina da Universidade de Rio Verde, campus Rio Verde

⁴Acadêmico de medicina da Universidade de Rio Verde, campus Rio Verde

⁵Professora Faculdade de Enfermagem da Universidade de Rio Verde

⁶Orientadora. Mestre, Faculdade de Medicina da Universidade de Rio Verde, ccmарques@uol.com.br

Reitor:

Prof. Me. Alberto Barella Netto

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação:

Prof. Dr. Carlos César E. de Menezes

Editor Geral:

Prof. Dra. Andrea Sayuri Silveira Dias Terada

Editores de Seção:

Profª. Dra. Ana Paula Fontana

Prof. Dr. Hidelberto Matos Silva

Prof. Dr. Fábio Henrique Baia

Pra. Dra. Muriel Amaral Jacob

Prof. Dr. Matheus de Freitas Souza

Prof. Dr. Warley Augusto Pereira

Fomento:

Programa PIBIC/PIVIC UniRV/CNPq 2022-2023

Resumo: Os acadêmicos dos cursos superiores são populações prioritárias em relação às infecções sexualmente transmissíveis, em decorrência da insuficiência de conhecimentos sobre as doenças, do uso inconsistente de preservativos e da baixa cobertura vacinal em relação aos imunizantes disponíveis contra Hepatite B e Papiloma Vírus Humano. Frente a um país que possui um calendário vacinal nacional fornecido dentro de um Sistema Único de Saúde, aliado a jovens adultos considerados a aquisição de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e uma baixa cobertura vacinal com imunizantes contra essas infecções, o assunto desta pesquisa faz-se imprescindível, pois visa entender o comportamento destes jovens relacionado às atividades sexuais de risco e uma possível recusa vacinal para IST no grupo de 18 a 29 anos. Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar a cobertura vacinal contra IST em universitários dos cursos da área da saúde em um município de Goiás, verificando as principais vulnerabilidades desses indivíduos, o que permitirá entender melhor tal população para promover estratégias de prevenção das diversas Infecções Sexualmente Transmissíveis. Esta pesquisa é um estudo descritivo, transversal e quantitativo, cujo dados foram obtidos a partir de um formulário do RedCap que possui 101 questões. Por fim, a pesquisa demonstrou que independentemente do nível de acesso ao conhecimento, suporte financeiro e ofertas de prevenção gratuitas, grande parte dos universitários da área da saúde não completaram o esquema vacinal contra IST e se expõem sexualmente sem preservativos e sem imunização adequada.

Palavras-Chave: Epidemiologia. HBV. HPV. Estudantes de ciências da saúde.



Vaccination coverage against Sexually Transmitted Infections in a group of university students in the health area

Abstract: *University students are priority populations in relation to sexually transmitted infections, due to the lack of knowledge about diseases, the inconsistent use of condoms and low vaccination coverage in relation to available immunizations against Hepatitis B and Human Papilloma Virus. Facing a country that has a national vaccination schedule provided within a Unified Health System, allied to young adults considered to acquire sexually transmitted infections (STI) and a low vaccination coverage with immunizations against these infections, the subject of this research is essential because it aims to understand the behavior of these young people related to sexual activities at risk and a possible refusal to vaccinate for STI in the group of 18 to 29 years. Thus, the objective of this research is to evaluate the vaccination coverage against STI in university students of health courses in a city of population to promote strategies for the prevention of various sexually transmitted infections. This research is a descriptive, cross-sectional and quantitative study, whose data were obtained from a Redcap form that has 101 questions. Finally, the research showed that regardless of the level of access to knowledge, financial support and free prevention offers, most university students in the health area did not complete the vaccination scheme against STIs and are exposed sexually without condoms and without adequate immunization.*

Keywords: *Epidemiology. HBV. HPV. Health science students.*

Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. Elas são propagadas, principalmente, por meio do contato sexual sem o uso de preservativo, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão de uma IST pode acontecer, ainda, da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação. De maneira menos usual, elas também podem ser transmitidas por meio não sexual, pelo contato de mucosas ou pele não íntegra com secreções corporais contaminadas (Ministério da Saúde, 2020).

As IST são consideradas um problema de saúde pública em todo o mundo. A epidemiologia tem evidenciado que cerca de 25% das infecções são diagnosticadas em indivíduos com idade inferior a 25 anos. Segundo pesquisa, (Spindola *et al.*, 2021), os universitários se reconhecem como uma população vulnerável às infecções transmitidas pelo sexo desprotegido. O grupo apresenta insuficiência de conhecimentos sobre as infecções e não usa preservativos de modo contínuo.

A maior parte dos grupos de estudantes universitários no Brasil é composta por jovens na faixa etária de 19 a 24 anos. Portanto, os acadêmicos dos cursos superiores fazem parte da população prioritária para as IST's, das quais destacam-se Herpes genital, infecção por papilomavírus humano (HPV), Hepatite B e C, Sífilis e HIV.

A estratégia atual de prevenção faz uso de diferentes abordagens que englobam o uso da camisinha masculina ou feminina, ações de prevenção, diagnóstico e tratamento das IST, testagem para HIV, sífilis e hepatites virais B e C, profilaxia pré e pós-exposição ao HIV, imunização para HPV e hepatite B, prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatite B, tratamento antirretroviral para todas as pessoas vivendo com HIV, redução de danos, entre outros (Ministério da Saúde, 2023).

Entretanto, só há formas de imunização contra Hepatite B e Papiloma Vírus Humano (HPV). A vacina para Hepatite B está disponível nas salas de vacina do SUS e é altamente protetiva. O esquema vacinal nos adultos é feito em três doses. A imunização para Hepatite B é indicada nas primeiras 12 horas de vida, mas pode ser tomada por qualquer pessoa, fornecida pelo SUS, independentemente da idade. Já a vacinação para HPV fornece imunidade para os subtipos que mais provocam câncer e verrugas e está disponível, via Sistema Único de Saúde, para meninas entre 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos com duas doses. Entretanto, pode ser tomada pela rede privada em qualquer faixa etária (Ministério da Saúde, 2023).



Contudo, a cobertura vacinal de jovens em nosso país pelos imunizantes disponíveis contra IST ainda é baixa. Segundo dados do Programa Nacional de Imunização (PNI) entre os anos 2014 a 2019, a cobertura vacinal contra o HPV no Brasil de meninas de 9 a 14 anos está abaixo de 50% e a dos meninos, abaixo de 20%. Além disso, apenas 55% das meninas brasileiras de 9 a 14 anos tomaram as duas doses da vacina contra o HPV, em 2020, de acordo com dados do Ministério da Saúde (MS), sendo que, para diminuir a circulação do vírus, é importante que se atinja um percentual de 90% de meninas vacinadas. Já a verificação das coberturas vacinais contra a Hepatite B na população com idades entre 1 a 29 anos ainda necessita de intensificação, uma vez que as doses de vacinas aplicadas variam muito a cada ano (Carvalho *et al.*, 2016).

Portanto, apesar da adoção de um calendário nacional de vacinação, sua utilização depende da decisão pessoal do adolescente e ou responsáveis para se vacinar. A promoção de educação, com recursos da própria comunidade e a reorganização das práticas de saúde nas salas de vacinação, bem como a corresponsabilização pela proteção são passos para uma ação mais abrangente em termos de solução dos problemas de saúde, em especial, a melhoria da cobertura vacinal.

Nesse contexto, esta pesquisa objetivou avaliar a cobertura vacinal contra IST em universitários dos cursos da área da saúde em um município de Goiás, verificando as principais vulnerabilidades desses indivíduos, a fim de entender melhor tal população para promover estratégias de prevenção das diversas Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Material e Métodos

A pesquisa em questão é um estudo descritivo, transversal e quantitativo e integra o projeto guarda-chuva intitulado “Conhecimento e comportamento sexual de adultos jovens universitários num município de Goiás”. O presente trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer 4.737.319. A pesquisa foi executada na Universidade de Rio Verde e o grupo amostral constituiu-se pelos acadêmicos de cursos de graduação da área da saúde com idade maior ou igual a 18 anos e menor ou igual 29 anos. Todos os universitários que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram incluídos na pesquisa. Portanto, não se aplicou critério de exclusão.

A participação na pesquisa aconteceu por meio de formulário do RedCap que foi enviado por mídias sociais e e-mail, sendo garantido aos participantes da pesquisa a confidencialidade dos dados. Estes, ao receberem os convites virtuais responderam as questões do formulário. Nesse formulário constou o instrumento “Conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis e Comportamento Sexual”. Ele foi constituído por 101 perguntas, divididas em: características sociodemográficas, conhecimento sobre IST e suas formas de transmissão, testes para infecções sexualmente transmissíveis e vacinação; determinantes de vulnerabilidade, cultura digital e aplicativos de relacionamento. Este instrumento fundamentou-se em artigos disponíveis em periódicos especializados e na Pesquisa de Conhecimentos Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP) do MS.

O cálculo amostral usado para a análise estatística instituiu o nível de significância de 95% e intervalo de confiança de 5%, para estabelecer o n= 890 de estudantes e o percentual destes em relação à pesquisa. Do total de estudantes da universidade (N= 3843 - 100%), 1850 (48,14%) são da área da saúde: Enfermagem (N=115), Medicina (N=812), Odontologia (N=608), Psicologia (N=233) e Fisioterapia (N=82). Então, o número mínimo de participantes no estudo por extrato foi de: Enfermagem (N=55; 48,14%), Medicina (N=391; 48,14%), Odontologia (N=293; 48,14%), Psicologia (N=112; 48,14%) e Fisioterapia (N=39; 48,14%). Para a análise de dados, foi utilizado o Office for Windows 10, por meio do Excel 2013, sendo geradas tabelas e gráficos de frequência.

Resultados e Discussão

Por meio dos dados obtidos a partir da coleta de informações dos prontuários foi analisado um grupo amostral de 100 pessoas, 67% do sexo feminino e 33% do sexo masculino. A partir das 100 respostas, 65% eram da medicina, 12% da psicologia, 11% da odontologia, 6% da enfermagem e 6% da fisioterapia. Importante ressaltar que somente 95 dos 100 acadêmicos responderam o formulário por completo.



Avaliando as características sociodemográficas da amostra podemos perceber que 76,7% se encontram nos 2 primeiros anos da graduação; 65% relatam que o chefe de sua família tem, pelo menos, o ensino superior completo; 77% dos avaliados não possuem renda e são sustentados pela família, sendo assim, possuem tempo disponível para os estudos; 80% do grupo afirma estado civil solteiro. 69,1% relata ter tido relações sexuais nos últimos 12 meses; 39,2% afirmam não ter feito uso de preservativo na última relação sexual; 66,7% dos participantes do estudo já tiveram relação sexual alguma vez na vida com outro universitário e, na opinião deles, 27,4% considera médio a alto o risco de se infectar com uma IST na relação sexual com outro universitário. Atualmente, os jovens vivenciam a sexualidade com liberdade no tocante à identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, estabelecendo uma pluralidade de relacionamentos e parceiros. Dessa forma, estudantes se reconhecem como um grupo vulnerável (Dessunti; Reis, 2012).

Quando questionados acerca de seus conhecimentos sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis, formas de contágio, transmissão e prevenção, mesmo que grande parte seja oriunda de família com alto nível de graduação e que todos os entrevistados sejam graduandos em cursos da área da saúde, ainda sim, há muita informação e conhecimento equivocado. Isso pode ser observado na Figura 1, que mostra o questionamento a respeito do compartilhamento de escovas de dentes.

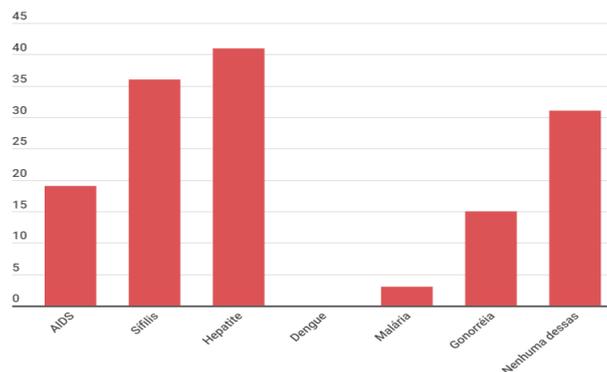


Figura 1 – Resultado do questionário sobre qual ou quais doenças uma pessoa pode se contaminar compartilhando escovas de dentes.

Fonte: autoria própria

É relevante perceber que 32,6% dos entrevistados acreditam que o compartilhamento da escova de dentes não pode levar a uma possível infecção. 56,8% responderam que o compartilhamento da escova dental não leva à contaminação por Hepatite B e 15,8% afirmam, erroneamente, que leva à contaminação por gonorréia (Figura 1). Isso demonstra um alto nível de desinformação. Afinal, Hepatite B pode ser transmitida por meio de: compartilhamento de objetos perfurocortantes contaminados, compartilhamento de lâminas de barbear e escova de dentes contaminados e – a mais conhecida – relação sexual sem preservativo. Já a transmissão da gonorréia se dá apenas por via sexual ou vertical (de mãe para filho) (Pudelco *et. al*, 2014).

Correlacionando a cobertura vacinal para Infecções Sexualmente Transmissíveis e o grupo amostral estudado, é sabido que 31,9% não se recorda ou não realizou nenhuma dose do esquema vacinal para o HPV (Figura 2), apenas 27,7% completou o esquema vacinal de 3 doses para Hepatite B e os demais não completaram, não tomaram ou não se recordam de quantas doses tomaram (Figura 3). Logo, constatou-se que, apesar do conhecimento acerca do assunto, é baixa a cobertura vacinal contra Infecções Sexualmente Transmissíveis no grupo de universitários da área da saúde estudado.



Figura 2 – Cobertura vacinal do HPV na população de estudantes universitários estudada.
Fonte: autoria própria

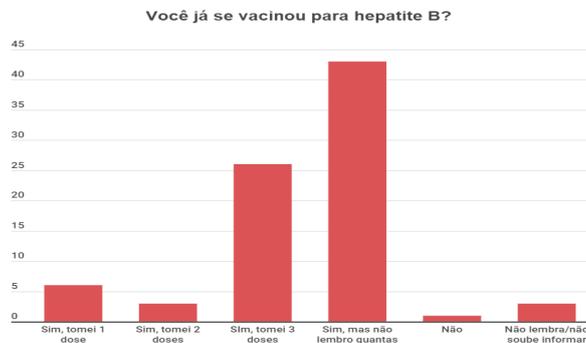


Figura 3 – Cobertura vacinal de hepatite B na população de estudantes universitários estudada.
Fonte: autoria própria

Acerca da vacinação para HPV e Hepatite B, segundo artigo presente na Revista Brasileira de Epidemiologia, é possível observar grande heterogeneidade na cobertura vacinal para IST entre estados, que não é explicada pelas variáveis de urbanidade e renda utilizadas no presente estudo.

Essas heterogeneidades podem estar associadas a políticas públicas estaduais distintas, que afetam a disponibilidade de vacinas para a população. Sobre a vacina HPV, apesar de estar disponível no Programa Nacional de Imunização, os achados do presente estudo apontam para uma dificuldade do alcance da cobertura vacinal adequada, há queda proporcional na 2ª e 3ª dose, as quais seriam imprescindíveis para completar o esquema vacinal (Silva *et. al*, 2021).

Já a cobertura vacinal de Hepatite B no país para bebês de até 30 dias é alarmante, segundo dados da plataforma DATASUS, o país não alcança o índice recomendado de 90% de vacinação desde 2016. Em meio à pandemia, esses dados foram ainda mais alarmantes: 2020 foi de 64,06% e, em 2021, apenas 62%. Todavia, apesar de ainda inferior ao recomendado, no ano de 2023, o índice voltou a subir e ficou em 75,8%. Quando analisamos o cenário da imunização para HBV em crianças de até 1 ano, os números são melhores comparativamente, mas ainda baixos (Ministério da Saúde, 2023).

Conclusão

Mediante ao panorama supracitado, ao questionar universitários da área da saúde acerca de seus conhecimentos sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis e Comportamento Sexual, foi possível averiguar e trazer ao debate alguns pontos importantes.

No que se refere aos acadêmicos entrevistados, a amostra englobava os cursos da área da saúde, sendo a grande maioria acadêmicos de medicina e, conforme as respostas, maior parte alega possuir de médio a alto nível socioeconômico, pais com ensino superior completo, não necessitar



trabalhar e serem sustentados por um responsável. Dessa forma, a maioria desses estudantes podem dedicar-se integralmente aos estudos.

Contudo, os resultados apresentados demonstram alto nível de desconhecimento em relação ao conteúdo pesquisado. Ademais, esses universitários possuem comportamento de maior vulnerabilidade às IST, como referir não fazer uso de um preservativo em grande parte das relações sexuais, mesmo sabendo dos riscos significativos de contrair uma IST.

Por fim, no que concerne à vacinação para infecções sexualmente transmissíveis, 1/3 não se recorda ou não realizou nenhuma dose do esquema vacinal para o Papiloma Vírus Humano e não completou o esquema vacinal de 3 doses para Hepatite B, constando assim, baixa cobertura vacinal do público universitário da área da saúde.

Portanto, independentemente do nível de acesso ao conhecimento, suporte financeiro e ofertas de prevenção gratuitas, a pesquisa demonstrou que grande parte dos universitários da área da saúde não possuem imunização adequada para HPV e Hepatite B, as únicas IST imunopreveníveis. Sendo assim, é necessário desenvolver políticas públicas capazes de, eficientemente, levar conteúdo à população, mas também reforçar as campanhas de vacinação que vem apresentando, nos últimos anos, níveis menores de cobertura.

Agradecimentos

À Universidade de Rio Verde e ao Programa de Iniciação Científica pela oportunidade em desenvolver a presente pesquisa.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, L. K. C. A. A. *et al.* Avaliação da cobertura vacinal contra hepatite b. **Revista de Enfermagem UFPE**, v.10, n.11, p. 4046-4050, 2016.

DESSUNTI, E. M.; REIS, A. O. A. Vulnerabilidade às DST/aids entre estudantes da saúde: estudo comparativo entre primeira e última série. **Cienc Cuid Saúde**, v. 11, p.274-283, 2012.

NOVAES, H. M. D. A vacina contra HPV e o câncer de colo de útero: desafios para a sua incorporação em sistemas de saúde. **Rev Bras Epidemiol**, v.11, n.3, p. 505-525, 2008.

OKAMOTO, C. T. *et al.* Perfil do Conhecimento de Estudantes de uma Universidade Particular de Curitiba em relação ao HPV e Sua Prevenção. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.40, n.4, p.611-620, 2016.

PUDELCO, P. *et al.* Impacto da vacinação na redução da hepatite B no Paraná. **Rev Gaúcha Enferm**, v.35, n.1, p.78-86, 2014.

SILVA, A.A. *et al.* Avaliação do Sistema de Vigilância do Programa Nacional de Imunizações – Módulo Registro do Vacinado, Brasil, 2017. **Epidemiol. Serv. Saude**, v.30, n.1, 2021.

SPINDOLA, T. *et al.* A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.26, n.7, p.2683-2692, 2021.

ZARDO, G. P. *et al.* Vacina como agente de imunização contra o HPV. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n.9, p.3799-3808, 2014.